



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

364

| | |
|-----|----------------------|
| 2.º | PUBLICADO NO D. 8.93 |
| C | De 07/04/1993 |
| C | <i>Rubica</i> |

Processo nº 10855-001.272/90-41

Sessão de : 10 de novembro de 1992 ACORDÃO Nº 202-05.383
Recurso nº: 86.549
Recorrente: CYBELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.
Recorrida : DRF EM SOROCABA - SP

FINSOCIAL - Não comprovada a alegada omissão de receita, não há que se falar em exigência do pagamento da contribuição. Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **CYBELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro OSCAR LUIS DE MORAIS.

Sala das Sessões em 10 de Novembro de 1992.

Helvio Escrivado Barcellos — Presidente e Relator

Jose Caetano de Almeida Lemos — Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE **04 DEZ 1992**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, JOSE CABRAL GAROFANO, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO, TERESA CRISTINA GONÇALVES PANTOJA e ORLANDO ALVES GERTRUDES.

cf/mas/ac



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 10855-001.272/90-41

Recurso no: 86.549
Acórdão no: 202-05.383
Recorrente: CYBELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.

R E L A T O R I O

Contra a Empresa acima identificada foi lavrado o Auto de Infração de fls. 18, onde se exige o pagamento da contribuição ao FINSOCIAL, no valor de 168,98 BTNF acrescido de multa e juros de mora, em decorrência de omissão de receita operacional, no ano de 1986, caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada, apurada em fiscalização de IRPJ.

Em tempo hábil, a Autuada apresentou, a fls. 22/36, cópia da impugnação pertencente ao processo relativo ao IRPJ, na qual esclareceu, quanto à matéria ora em questão, que os referidos depósitos se constituem em adiantamentos de clientes, como garantia da efetivação dos negócios e que, tendo sido cancelada a operação, a Empresa procedeu à devolução do quantum adiantado.

Prestada a Informação Fiscal (fls. 52), foram os autos conclusos à Autoridade Julgadora de Primeira Instância que julgou procedente a ação fiscal, com base nos seguintes consideranda (fls. 53/54):

" CONSIDERANDO que a impugnação é tempestiva;

CONSIDERANDO que a existência de depósitos bancários, dos quais não são comprovadas as origens dos recursos, enseja a conclusão de que os mesmos foram originados de receitas omitidas, não interessando a contra-partida contábil dos mesmos;

CONSIDERANDO que a existência de depósitos bancários registrados em contra-partida a conta Clientes, não sendo comprovada a origem dos recursos, enseja a presunção de anterior omissão de receita e não da receita que seria gerada com o possível adiantamento efetuado por clientes;

CONSIDERANDO tudo o mais que do processo consta,"



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no: 10855-001.272/90-41
Acórdão no: 202-05.383

Inconformada, a Empresa interpôs, a fls. 56/72, cópia do recurso apresentado no processo relativo ao IRPJ, onde repete os argumentos constantes da peça impugnatória.

A Secretaria desta Câmara providenciou a juntada aos autos da cópia do Acórdão no 101-83.400, de 27/04/92, da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes (fls. 75/84) que, como se vê, quanto à matéria versada no presente processo, deu provimento integral ao recurso voluntário.

E o relatório



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no: 10855-001.272/90-41
Acórdão no: 202-05.383

364

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS

Creio não haver muito a examinar no presente caso. A sorte deste processo estava, desde o inicio, vinculada ao que se decidisse no processo relativo ao IRPJ, tendo em vista a relação de causa e efeito criada entre ambos, eis que apoiados no mesmo suporte fático.

E naquele, como se pode ver no bem fundamentado voto condutor do acórdão respectivo, razão lhe foi reconhecida, no que diz respeito à matéria versada no presente processo, eis que não está suficientemente comprovada a omissão de receitas.

Assim sendo, com base nos mesmos argumentos constantes do voto que compõe o mencionado Acórdão no 101-83.400, que adoto como razão de decidir, voto no sentido de dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1992.

HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS